



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 004/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia **17 de março de 2020**, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia.

1. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUCANO, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Marcos José Passos Oliveira Santos	4º Quinto	Sim	-
2	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Não	-
3	Adriano Nunes de Souza	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez a próxima será alternada
4	Márcio Bellazzi de Oliveira	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez a próxima será alternada

2. PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.23242/2018. ASSUNTO: MINUTA DO NOVO REGULAMENTO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO PARA MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. RELATOR: CONSELHEIRO WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ.

3. PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.9419/2019. ASSUNTO: AFASTAMENTO PARA FREQUENTAR CURSO NO EXTERIOR – COMPROVAÇÃO DE FREQUÊNCIA. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA LILIAN SANTOS VELOSO. RELATORA: CONSELHEIRA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS.

4. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:



RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:

- 4.1. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 003.0.146461/2008, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 4.2. Procedimento Ministerial nº 696.9.174119/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.3. Procedimento Ministerial nº 003.0.44536/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.4. Inquérito Civil nº 003.9.77983/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.5. Inquérito Civil nº 692.1.4295/2005, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;
- 4.6. Inquérito Civil nº 003.0.209855/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.7. Procedimento Ministerial nº 003.9.140567/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.8. Inquérito Civil nº 647.0.45592/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 4.9. Procedimento Ministerial nº 003.9.133481/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.10. Inquérito Civil nº 003.9.86513/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.11. Procedimento Ministerial nº 003.9.73497/2019, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.12. Procedimento Ministerial nº 647.0.232905/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 4.13. Procedimento Ministerial nº 674.9.161946/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.14. Inquérito Civil nº 003.0.116002/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 4.15. Procedimento Ministerial nº 703.9.258489/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 4.16. Inquérito Civil nº 307.9.132940/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.17. Inquérito Civil nº 003.0.107084/2015, da 13ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 4.18. Inquérito Civil nº 003.9.31038/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.19. Inquérito Civil nº 702.9.53652/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.20. Procedimento Ministerial nº 676.1.128173/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 4.21. Inquérito Civil nº 600.9.171279/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.22. Inquérito Civil nº 114.9.149133/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 4.23. Inquérito Civil nº 029.0.118963/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 4.24. Inquérito Civil nº 704.0.254058/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;



- 4.25. Procedimento Ministerial nº 694.0.81163/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 4.26. Inquérito Civil nº 003.9.111824/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.27. Procedimento Ministerial nº 279.0.63851/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 4.28. Inquérito Civil nº 029.0.32392/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 4.29. Inquérito Civil nº 003.9.97475/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.30. Procedimento Ministerial nº 597.9.229614/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.31. Inquérito Civil nº 003.9.10296/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:

- 4.32. Inquérito Civil nº 003.0.203980/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.33. Inquérito Civil nº 003.0.167752/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.34. Inquérito Civil nº 600.9.15883/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 4.35. Inquérito Civil nº 003.9.52543/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.36. Procedimento Ministerial nº 003.0.123142/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.37. Inquérito Civil nº 600.9.63011/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.38. Procedimento Ministerial nº 674.9.75563/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.39. Inquérito Civil nº 593.0.94001/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.40. Procedimento Ministerial nº 003.9.31924/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.41. Inquérito Civil nº 003.9.216170/2018, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.42. Inquérito Civil nº 647.0.50930/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 4.43. Inquérito Civil nº 003.9.197804/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.44. Procedimento Ministerial nº 069.9.99025/2018, da Promotoria de Justiça de Catu;
- 4.45. Inquérito Civil nº 600.9.34473/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 4.46. Procedimento Ministerial nº 719.9.16692/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 4.47. Inquérito Civil nº 279.0.17168/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 4.48. Inquérito Civil nº 692.9.145190/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;



- 4.49. Inquérito Civil nº 600.0.123389/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.50. Procedimento Ministerial nº 674.9.113066/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.51. Procedimento Ministerial nº 646.0.95626/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.52. Procedimento Ministerial nº 593.9.90977/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.53. Procedimento Ministerial nº 593.2.23507/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.54. Procedimento Ministerial nº 003.9.81967/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.55. Procedimento Ministerial nº 003.9.64393/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.56. Procedimento Ministerial nº 003.9.270788/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.57. Procedimento Ministerial nº 003.9.160328/2019, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 4.58. Procedimento Ministerial nº 003.0.183061/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:

- 4.59. Inquérito Civil nº 035.0.189659/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 4.60. Inquérito Civil nº 708.0.242857/2015, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 4.61. Procedimento Ministerial nº 031.9.130933/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 4.62. Inquérito Civil nº 647.0.42713/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 4.63. Procedimento Ministerial nº 210.0.145000/2016, da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 4.64. Inquérito Civil nº 137.0.42410/2012, da Promotoria de Justiça de Jitaúna;
- 4.65. Inquérito Civil nº 003.0.90688/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.66. Inquérito Civil nº 591.0.195024/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.67. Inquérito Civil nº 003.0.177257/2013, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 4.68. Inquérito Civil nº 003.0.216318/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.69. Procedimento Ministerial nº 597.9.250676/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.70. Inquérito Civil nº 003.9.122421/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.71. Inquérito Civil nº 600.9.54763/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.72. Inquérito Civil nº 593.0.159575/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.73. Inquérito Civil nº 003.9.14604/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio



Ambiente;

4.74. Inquérito Civil nº 090.9.240111/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

4.75. Inquérito Civil nº 003.1.93981/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

4.76. Inquérito Civil nº 003.9.234437/2019, da Promotoria de Justiça de Ibirapitanga;

4.77. Inquérito Civil nº 114.9.149082/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

4.78. Inquérito Civil nº 251.0.207713/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

4.79. Inquérito Civil nº 598.0.196340/2010, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

4.80. Procedimento Ministerial nº 703.9.232755/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

4.81. Inquérito Civil nº 186.0.15148/2013, da Promotoria de Justiça de Piritiba;

4.82. Inquérito Civil nº 600.0.154366/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

4.83. Inquérito Civil nº 003.0.3799/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;

4.84. Procedimento Ministerial nº 699.9.82029/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

4.85. Inquérito Civil nº 593.0.154012/2015, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

4.86. Inquérito Civil nº 330.0.120181/2008, da Promotoria de Justiça de Teofilândia;

4.87. Inquérito Civil nº 003.9.42217/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.88. Inquérito Civil nº 190.9.16407/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

4.89. Inquérito Civil nº 593.0.150893/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

4.90. Procedimento Ministerial nº 003.5.49047/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES CIDADE:

4.91. Procedimento Ministerial nº 003.9.160813/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

4.92. Procedimento Ministerial nº 003.0.262759/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;

4.93. Inquérito Civil nº 709.0.199795/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

4.94. Inquérito Civil nº 708.9.109487/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

4.95. Inquérito Civil nº 170.0.242093/2016, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;

4.96. Inquérito Civil nº 646.0.99037/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

4.97. Inquérito Civil nº 007.0.118345/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

4.98. Inquérito Civil nº 708.9.189961/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

4.99. Inquérito Civil nº 029.9.162581/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de



Macaúbas;

4.100. Inquérito Civil nº 003.9.199868/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

4.101. Inquérito Civil nº 705.0.158094/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

4.102. Procedimento Ministerial nº 694.0.103632/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;

4.103. Inquérito Civil nº 003.9.256465/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

4.104. Inquérito Civil nº 090.0.150042/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Itanhém;

4.105. Procedimento Ministerial nº 680.9.240027/2017, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

4.106. Inquérito Civil nº 003.9.185722/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

4.107. Inquérito Civil nº 933.0.199158/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

4.108. Procedimento Ministerial nº 701.9.138415/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;

4.109. Procedimento Ministerial nº 655.9.223923/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;

4.110. Procedimento Ministerial nº 003.0.35562/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:

4.111. Procedimento Ministerial nº 692.9.234098/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;

4.112. Procedimento Ministerial nº 003.9.150714/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

4.113. Inquérito Civil nº 003.9.190716/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

4.114. Inquérito Civil nº 593.0.65347/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

4.115. Inquérito Civil nº 598.0.16052/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

4.116. Procedimento Ministerial nº 167.9.114504/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

4.117. Inquérito Civil nº 674.9.156432/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

4.118. Inquérito Civil nº 003.9.101369/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Público – GEPAM;

4.119. Inquérito Civil nº 003.9.98146/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

4.120. Procedimento Ministerial nº 003.9.42832/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.121. Procedimento Ministerial nº 003.9.256478/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente.



RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SOUZA SAMPAIO LOEPP:

- 4.122. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.183542/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.123. Inquérito Civil nº 003.0.35678/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 4.124. Inquérito Civil nº 656.9.12736/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 4.125. Inquérito Civil nº 699.0.3990/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.126. Inquérito Civil nº 597.0.192478/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.127. Inquérito Civil nº 705.0.109239/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 4.128. Inquérito Civil nº 027.0.15611/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.129. Procedimento Ministerial nº 003.9.36133/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.130. Inquérito Civil nº 702.0.237244/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.131. Inquérito Civil nº 332.0.24081/2014, da Promotoria de Justiça de Tremedal;
- 4.132. Inquérito Civil nº 598.0.119681/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 4.133. Inquérito Civil nº 598.0.176466/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 4.134. Procedimento Ministerial nº 003.9.79880/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.135. Inquérito Civil nº 646.0.74491/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 4.136. Inquérito Civil nº 933.0.120841/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 4.137. Inquérito Civil nº 003.0.36233/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 4.138. Procedimento Ministerial nº 003.9.58324/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.139. Inquérito Civil nº 680.9.202247/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 4.140. Procedimento Ministerial nº 020.9.94872/2019, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 4.141. Inquérito Civil nº 003.0.116065/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 4.142. Procedimento Ministerial nº 003.0.32847/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 4.143. Procedimento Ministerial nº 003.0.90574/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.144. Procedimento Ministerial nº 003.9.100647/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.145. Procedimento Ministerial nº 003.9.161860/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;



- 4.146. Procedimento Ministerial nº 003.9.52658/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.147. Procedimento Ministerial nº 600.0.182553/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus.

RELATORA: EXMA. SRA. DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:

- 4.148. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 268.9.148477/2018, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 4.149. Procedimento Ministerial nº 003.0.85651/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 4.150. Procedimento Ministerial nº 003.9.19830/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.151. Procedimento Ministerial nº 167.0.84043/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 4.152. Inquérito Civil nº 933.9.76329/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 4.153. Inquérito Civil nº 597.0.1274/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.154. Inquérito Civil nº 003.0.127298/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.155. Inquérito Civil nº 003.0.177926/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.156. Inquérito Civil nº 702.9.161088/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 4.157. Inquérito Civil nº 167.9.67650/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 4.158. Inquérito Civil nº 167.9.67663/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 4.159. Inquérito Civil nº 029.0.32667/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 4.160. Inquérito Civil nº 676.0.79652/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 4.161. Inquérito Civil nº 590.0.241851/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.162. Procedimento Ministerial nº 003.0.59043/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.163. Inquérito Civil nº 644.0.232254/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 4.164. Inquérito Civil nº 646.0.204683/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.165. Inquérito Civil nº 674.9.40683/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.166. Inquérito Civil nº 003.9.109737/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.167. Procedimento Ministerial nº 003.0.147423/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.168. Inquérito Civil nº 708.9.190132/2017, da Promotoria de Justiça Especializada



- em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.169. Inquérito Civil nº 646.0.179276/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.170. Inquérito Civil nº 593.0.104149/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.171. Inquérito Civil nº 254.0.116866/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 4.172. Procedimento Ministerial nº 702.9.218569/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.173. Inquérito Civil nº 598.9.255643/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.174. Inquérito Civil nº 646.0.177169/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.175. Inquérito Civil nº 681.0.182998/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 4.176. Inquérito Civil nº 702.0.130051/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 4.177. Inquérito Civil nº 708.0.233384/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.178. Inquérito Civil nº 003.0.149525/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.179. Inquérito Civil nº 702.9.170476/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.180. Inquérito Civil nº 003.0.103618/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.181. Inquérito Civil nº 003.0.176867/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.182. Inquérito Civil nº 114.9.104011/2018, da Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 4.183. Inquérito Civil nº 003.0.222679/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 4.184. Inquérito Civil nº 094.0.30819/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 4.185. Inquérito Civil nº 596.0.36745/2013, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.186. Inquérito Civil nº 003.0.80961/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.187. Inquérito Civil nº 003.0.62003/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 4.188. Inquérito Civil nº 003.0.188557/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.189. Inquérito Civil nº 101.0.200571/2013, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 4.190. Procedimento Ministerial nº 003.0.10286/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.191. Inquérito Civil nº 268.9.24880/2017, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 4.192. Inquérito Civil nº 674.0.167255/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.193. Inquérito Civil nº 694.0.101730/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 4.194. Inquérito Civil nº 003.0.135490/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.195. Procedimento Ministerial nº 003.0.255280/2012, do Grupo de Atuação



Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
4.196. Inquérito Civil nº 702.9.186219/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
4.197. Inquérito Civil nº 598.9.194396/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
4.198. Inquérito Civil nº 147.0.162409/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
4.199. Inquérito Civil nº 075.9.250206/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
4.200. Inquérito Civil nº 598.0.125408/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
4.201. Inquérito Civil nº 003.0.48783/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
4.202. Inquérito Civil nº 003.0.142551/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
4.203. Inquérito Civil nº 003.0.151873/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:

4.204. Inquérito Civil nº 003.9.19399/2018, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
4.205. Inquérito Civil nº 680.9.219767/2018, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
4.206. Inquérito Civil nº 003.0.123530/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
4.207. Inquérito Civil nº 003.9.27980/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
4.208. Inquérito Civil nº 003.9.19799/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
4.209. Procedimento Ministerial nº 003.9.87381/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
4.210. Inquérito Civil nº 591.9.186438/2018, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
4.211. Inquérito Civil nº 003.0.172166/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
4.212. Inquérito Civil nº 597.9.268611/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
4.213. Inquérito Civil nº 696.9.218682/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
4.214. Inquérito Civil nº 708.9.88381/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
4.215. Inquérito Civil nº 644.0.179610/2013, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
4.216. Inquérito Civil nº 705.9.39947/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
4.217. Inquérito Civil nº 699.9.128403/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
4.218. Inquérito Civil nº 003.5.20998/2007, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
4.219. Inquérito Civil nº 003.0.158269/2014, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;



- 4.220. Inquérito Civil nº 680.0.167424/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 4.221. Procedimento Ministerial nº 003.9.38714/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 4.222. Inquérito Civil nº 003.0.188468/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 4.223. Inquérito Civil nº 003.9.22764/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.224. Inquérito Civil nº 644.9.239431/2017, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 4.225. Procedimento Ministerial nº 597.9.18843/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.226. Procedimento Ministerial nº 597.9.18921/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.227. Inquérito Civil nº 600.9.24676/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.228. Inquérito Civil nº 646.0.185832/0015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.229. Inquérito Civil nº 708.9.187433/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.230. Inquérito Civil nº 003.9.90045/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.231. Inquérito Civil nº 646.0.195722/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 4.232. Inquérito Civil nº 696.9.150319/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.233. Procedimento Ministerial nº 597.9.109381/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:

- 4.234. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.103207/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.235. Procedimento Ministerial nº 597.9.133130/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.236. Procedimento Ministerial nº 681.9.187469/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 4.237. Procedimento Ministerial nº 597.9.135102/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.238. Procedimento Ministerial nº 003.0.136802/2012, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 4.239. Inquérito Civil nº 702.0.127809/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.240. Procedimento Ministerial nº 597.9.210583/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.241. Inquérito Civil nº 003.0.78450/2013, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;
- 4.242. Procedimento Ministerial nº 058.9.85530/2019, da Promotoria de Justiça de



Capim Grosso;

4.243. Inquérito Civil nº 167.9.67078/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

4.244. Procedimento Ministerial nº 591.9.73044/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

4.245. Procedimento Ministerial nº 597.9.211974/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

4.246. Procedimento Ministerial nº 597.9.211328/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

4.247. Procedimento Ministerial nº 003.9.176395/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.248. Procedimento Ministerial nº 190.9.208487/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

4.249. Procedimento Ministerial nº 003.0.76801/2007, da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

4.250. Inquérito Civil nº 308.0.162512/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe.

5. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 05 de março de 2020.

EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público